



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, **Primeiro Secretário** José Manuel Gonçalves Domingues e **Segundo Secretário**, Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeira. O **Presidente da Mesa** começou por informar que pediram a sua substituição os seguintes membros: Luís Alberto Castro Lopes de Vasconcelos Pereira, Maria José Pereira Gonçalves Marques, Carlos José Santos Cunha, João Alberto Castro Lopes de Vasconcelos Pereira, todos eleitos pelo PS; Sofia Daniela Rodrigues Pereira, Ricardo Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, Honorato Manuel Peixoto Silva, todos eleitos pelo PPD/PSD; Cláudia Sofia Pereira Castro, Maria da Conceição Alves Ferreira, Sandra Belissa Costa Salgado, todos eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”. Os Presidentes da Junta de Freguesia de Fafe, pelo vogal Gonçalo Vieira de Castro e da Junta de Freguesia de Armil, pelo secretário João Pedro Dias Magalhães.-

-----Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de cinquenta membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

- Proposta de Voto de Louvor ao Maestro Francisco Ribeiro e Recomendação à Câmara, apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura, (Documento 1, anexo à presente minuta);-- Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

- Proposta de Voto de Louvor ao guarda-redes André Nogueira Gomes, com origens na freguesia de Medelo, que, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a UEFA Youth League 2021/2022; apresentada pelo deputado José Manuel Martins Ribeiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Medelo, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura (Documento 2, anexo à presente minuta);----- Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----



precariedade a que os trabalhadores eram sujeitos, uma vez que quando as cantinas fechavam iam para o desemprego e voltavam a ser contratados a seguir, o que era uma falta de respeito. Relativamente às refeições que foram servidas durante a pandemia, perguntou ao Presidente da Câmara se estava disposto a, durante a interrupção escolar, servir refeições aos alunos mais carenciados, face ao aumento do custo de vida com que as famílias se debatiam. Terminou dizendo que era do entendimento que, no período em que estavam, seria importante pensar nessa possibilidade.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **rejeitada, com um voto do PCP-PEV a favor e seis abstenções (cinco do PSD/PPD e um do PS)**.-----

- Moção pela valorização do espaço verde das traseiras do Tribunal, apresentado pelo PCP-PEV, tendo-se procedido de imediato à sua leitura. (Doc. 12, anexo à presente minuta);-----

-----Solicitou a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que aquilo que a Câmara tinha vindo a fazer na área do ambiente era muito bem feito, quer com a plantação de árvores, quer com o ajardinamento que tem vindo a ser efetuado no Município, pelo que quanto à questão ambiental, entendia que a posição da Câmara era a correta. Quando à localização ou à obra que a Deputada Carmo Cunha referia, mencionou que a Câmara se limitava a cumprir uma obra que já tinha sido aprovada há cerca de 10 anos, pelo que podiam lamentar-se pelo facto da mesma não ter sido feita à mais tempo. Prosseguiu, dizendo que nessa altura, tinha sido feita uma consulta pública e findo o prazo legal previsto, foi aprovado um projeto, referindo que esperava que a Câmara o levasse a efeito no local, salientando que se estava a dar cumprimento ao mesmo. Disse ainda que se irá precaver a retirada das árvores existentes, fazendo um ajardinamento e uma distribuição diferente das novas árvores a colocar. Referiu também que infelizmente, em várias zonas da cidade, existiam árvores em mau estado e que, embora não o parecessem, estavam doentes e teriam de ser substituídas, o que era inevitável. Terminou dizendo que o PS, relativamente a esta moção, ia votar contra.-----

-----Foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que havia aspetos da



- Proposta de Voto de Louvor e Reconhecimento ao jovem futebolista João Pedro Moreira Resende, com origens na freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, que, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a UEFA Youth League 2021/2022; apresentada pelo deputado José Manuel Martins Ribeiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura (Documento 3, anexo à presente minuta). -----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

- Proposta de Voto de Louvor à Equipa Sénior de Futsal Feminino do Grupo Nun'Alvares, pelos últimos resultados alcançados (Taça de Portugal e Taça da Liga), apresentada pelo PS, PSD/PPD e Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre", tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura (Documento 4, anexo à presente minuta);---

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

- Proposta de Voto de Louvor aos atletas João Machado, Luís Gonçalves e Cercifaf, pelos últimos resultados alcançados, apresentada pelo PS, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura (Documento 5, anexo à presente minuta);-----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

- Proposta de Voto de Louvor ao Senhor Padre Albano, natural de Travassós, pelos seus 50 anos como pároco da freguesia de Ribas, concelho de Celorico de Basto, apresentada pelo Deputado Rui Flórido Bastos Costa, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura (Documento 6, anexo à presente minuta);-----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

- Proposta de Voto de Louvor ao Movimento Solidário uma Flor para a Ucrânia, apresentada pelo Deputado Rui Flórido Bastos Costa, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura (Documento 7, anexo à presente minuta);-----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----

- Proposta de Voto de Louvor a atleta fafense Helena Isabel Leite Nunes, que ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, se sagrou Campeã Nacional de Futsal, apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre", tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura, (Doc. 8, anexo à presente minuta);-----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade**.-----



- Proposta de Voto de Louvor à atleta fafense Mara Beatriz Teixeira Peixoto da Associação de Desportos de Combate KTF, pelos resultados alcançados em Full Kemp e Knockdown, apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura. (Doc. 9, anexo à presente minuta);-----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

- Proposta de Voto de Louvor ao atleta fafense João Neiva, do Centro Budo de Fafe, pelos últimos resultados alcançados no 49º Campeonato da Europa de Karaté de Cadetes e Juniores, apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura. (Doc. 10, anexo à presente minuta);-----

Colocada à votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

- Moção sobre a Gestão Pública das Cantinas Escolares, apresentado pelo PCP-PEV, tendo-se procedido de imediato à sua leitura. (Doc. 11, anexo à presente minuta);-----

-----Solicitou a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que entendia perfeitamente o motivo da apresentação desta moção uma vez que o PCP sempre defendeu a nacionalização de todos os serviços públicos prestadas à população. Mencionou que a moção estava dividida em duas partes: a primeira prendia-se com a concessão das refeições e a segunda parte estava relacionada com as condições de trabalho dos trabalhadores das empresas que forneciam esse tipo de serviço. Afirmou que essa parte não dizia respeito à Câmara. Quanto às refeições, mencionou que apenas podia sentir regozijo pelas refeições entregues, afirmando que não se podiam esquecer que, durante o período da pandemia, a Câmara continuou a fornecer refeições e em maior quantidade do que era habitual. Quanto ao resto, disse que competia à Câmara abrir os concursos necessários de modo a que as refeições fossem bem confeccionadas e para isso havia sempre uma inspeção feita pela Câmara. Terminou, afirmando que o PS se sentia satisfeito com aquilo que se estava a fazer nessa área, pelo recusava liminarmente essa moção.-----

-----Foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para responder à intervenção anterior dizendo que a Câmara ao contratar e fazer este tipo de contrato de concessão de serviços devia ter em conta, também, a



moção com os quais concordava, não conhecia o projeto existente para o local. Afirmou que tinha ouvido dizer que a Câmara iria executar um projeto de modo a dar cumprimento à consulta pública que tinha sido efetuada e referida na sessão. Mencionou que concordava com a ideia de se executar a ideia aprovada que não era um projeto mas, também, concordava com o facto de se preservar o espaço verde. Prosseguiu dizendo que, no local, existiam espécies de árvores que não poderiam ser abatidas e outras que podiam perfeitamente ser substituídas, agora quando a Câmara anunciava a criação de ilha/sombra, seria contraditório com a aprovação de projetos que abatiam árvores. Aproveitou para fazer um reparo sobre dois pinheiros abatidos junto ao Pavilhão Multiusos, esperando que a Câmara voltasse a repor as árvores. Alertou que o Município tinha anunciado que ia proceder à plantação de milhares de árvores, pelo que esperava que, à semelhança dos mandatos anteriores, assim acontecesse.-----

-----Solicitou a palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV** para, relativamente à intervenção do deputado Armindo Tavares, nomeadamente sobre o facto das obras que iam ser executadas estarem a dar cumprimento a um projeto que tinha sido aprovado há mais de 10 anos. Afirmou que era do entendimento que tinha passado muito tempo e que provavelmente a consulta pública já não estaria válida, pelo que se deveria fazer uma outra. Prosseguiu dizendo que as árvores lá existentes tinham mais de 4 décadas. Questionou sobre a realização ou não do estudo para apurar as árvores que estariam doente. Entendi que se fosse para eliminar o jardim não seria necessário fazer o estudo, se fosse para manter e se o mesmo existia e havia árvores doentes, então deveria ser feito um arranjo mas nunca retiradas as árvores todas. Terminou dizendo que não estavam satisfeitos com as políticas de ambiente do Município, que eram abatidas muitas árvores em Fafe e que o espaço em análise deveria ser preservado.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **rejeitada, com um voto a favor do PCP e um abstenção do CHEGA e duas do PS.**-----

-----Seguiu-se o **período de intervenções.**-----

-----Foi dada a palavra a **Rui Flórido Ribeiro Nogueira Bastos Costa, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** que iniciou a sua



intervenção congratulando a Câmara por finalmente encerrar de uma vez por todas o assunto e ter dado cumprimento à deliberação da Assembleia Municipal que tinha votado, por unanimidade, uma proposta do CDS para abertura do Parque da Feira Velha ao fim de semana e feriados, apresentada em 2018. Manifestou a sua preocupação com as notícias que tinham vindo a público, quer nos meios de comunicação locais, quer nacionais sobre a violência na noite em Fafe, afirmando que isso prejudicava a imagem do nosso concelho e criava uma sensação de insegurança quer nos jovens, quer nos pais, o que não era aceitável, nem expetável. Questionou o Município se tinha dado a devida atenção ao assunto e tomado medidas para tentar resolver esse problema, como reunir com as forças policiais.-----

----- De seguida, usou da palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para, no seguimento da intervenção do Deputado Rui Flórido Bastos Costa sobre a violência na noite em Fafe, dizer que, no passado mês de maio, nas Feiras Francas, tinham sido registadas cenas de pancadaria lastimáveis, tendo sido necessário chamar o corpo de intervenção e ao que tinha conseguido apurar aquando da realização de festas era obrigatório a presença da GNR. No entanto, durante o período das Feiras Francas, a mesma não tinha sido notificada a estar presente. Nestes termos, perguntou se não deveria ter sido acautelada essa situação nas Feiras Francas, até porque não se realizavam há muito tempo.-----

Prosseguiu, dizendo que também congratulava a Câmara pela realização quer do Raly nacional, quer do Raly Montelongo, no entanto, alertou para uma possível pequena falha que aconteceu no Raly Nacional, nomeadamente que tinha sido retirado saibro de uma zona protegida que originou uma queixa, tendo sido o mesmo repostado no mesmo dia, na zona do Campo Dianteiro. Nestes termos, questionou o Presidente da Câmara sobre esse assunto.-----

Também solicitou informação relativamente ao Regulamento para uso dos Campos de Ténis, bem como sobre a construção dos campos de ténis cobertos.-----

Relativamente a Santo Ovídio e à Igreja de Arões, mencionou que tinha feito uma breve pesquisa e que eram os dois dos exemplares românicos existentes no concelho de Fafe. Mencionou que, há poucos meses em Fafe eram visíveis placas em vários locais do

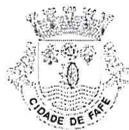


concelho a identificar a rota românica e que, se consultasse esse site, Fafe não existia como concelho referenciado, pelo que apelou à Câmara para que essa situação fosse corrigida.-----

Sobre a recolha do lixo, afirmou que existia um assunto que deveria ser repensado relativamente à recolha dos resíduos da restauração, nomeadamente nos dias em que se produzia mais lixo, à sexta-feira e ao sábado, uma vez que a sua recolha, na cidade, era feita às 21 horas, o que obrigava os donos dos estabelecimento a guardar o lixo dentro do restaurante, a alugar um espaço para o colocar ou tinham que levar o lixo para casa ou para concelhos vizinhos. Entendia que era um assunto importante para estudar e ver o que seria possível fazer. -----

Por fim, solicitou informações sobre as obras da Travessa Soares Veloso que iniciaram ao mesmo tempo que na Rua António Cândido, e que estando paradas estavam a prejudicar e muito os moradores e comerciantes da mesma.-----

-----De seguida, interveio **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD-PPD**, para dizer ao Presidente da Câmara que, na Assembleia Municipal de Fevereiro, se tinha comprometido a realizar o Conselho Municipal da Juventude, no entanto até à data não existia qualquer tipo de convocatória, pelo que gostaria de saber para quando estaria previsto. Prosseguiu dizendo que o PSD tinha apresentado ao Executivo uma proposta que visava o financiamento direto a atletas que pretendiam federar-se, através de um acordo com associações e federações desportivas. Esse tipo de financiamento traduzia-se em três pontos fundamentais, sobre o ponto de vista da agilidade e do compromisso do mesmo, nomeadamente, o apoio indireto às instituições e direto aos atletas, uma vez que não existia a possibilidade dos mesmos não ficarem inscritos devido à má gestão das mesmas. Prosseguiu, dizendo que, o atleta jamais seria prejudicado e acabaria por aliviar esse encargo financeiro e organizacional às próprias instituições. Em segundo lugar, iria gerar um compromisso das instituições para a formação de melhores quadros técnicos pela profissionalização dos treinadores. Por último, uma profissionalização dos clubes com melhores padrões de gestão financeira, rigor no acompanhamento e na formação, potenciando mais atletas fafenses.-----



Mencionou que o Presidente da Câmara, relativamente a esta proposta, tinha referido que não entendia o porquê, uma vez que não havia nenhum atleta que deixasse de participar, provavelmente, não sabia que impacto a implantação dessa medida, de forma ágil e sem burocracia que envolvesse as instituições, iria contribuir para um aumento de atletas federados no concelho. Pelo que gostaria que não descartasse logo à partida essa proposta, recorrendo à sua maioria, mais a visse sem preconceito ideológico, mas sim como uma forma de criar mais quadros desportivos e atletas federados através do apoio que o Município conseguiria fazer, nos termos da proposta apresentada. Terminou dando os parabéns à organização e a toda a envolvimento do evento Camilo em Paços, afinal a essência de um povo estava na sua história, mas que não poderia deixar de referir o facto de se estar a falar de um investimento que, segundo o portal GOV, se traduzia na modesta quantia de 240 mil euros lançados no período de abril a maio do corrente ano. Esse apoio em torno de uma só temática não lhe parecia exagerado. Afirmou que queria acreditar que os restantes Presidentes de Junta estariam em igual patamar de equidade e que promovessem iniciativas apoiadas em valores similares. Mencionou ainda que, olhando para as dificuldades da gestão municipal ao nível das freguesias, parecia-lhe, de facto, demasiado, tecendo vários comentários acerca deste assunto. Desafiou o Presidente da Câmara a repensar no evento Fafe dos Brasileiros que era o expoente máximo da história de cada pessoa, de cada instituição, de cada família, de cada lenda e de cada um que marcou a nossa terra.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra a **Ânia Maria Magalhães Teixeira, eleita pelo PSD/PPD**, para questionar acerca da alteração que foi feita nos parquímetros, uma vez que a questionavam sobre esse assunto, sabia que não era possível fazer o pagamento pela Via Verde, pelo que pretendia saber o que tinha mudado. Solicitou, também, alguns esclarecimentos sobre a ligação da A7 à Zona Industrial de Regadas e sobre a inclusão da Ferrovia de Fafe no Plano Nacional.-----

-----Usou da palavra, **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleita pelo PSD/PPD**, para dizer que ia focar-se em dois pontos. Primeiro, recuando a dezembro de 2021, aquando da aprovação do orçamento para 2021, quando o Presidente da Câmara tinha dito numa reunião do executivo que iria dar continuidade aos eventos Terra Justa, Volta a



Portugal, Raly de Portugal e Festival da Vitela, afirmando que ia fazer uma orientação estratégica da programação dos mesmos para ficarem mais centrados na identidade, na história e no património local, questionou onde estava o evento Terra Justa, onde estava o Memorial Terra Justa. Mencionou que esse evento tinha sido cancelado sem ter havido um comunicado prévio a justificá-lo e que o monumento simbólico da Terra Justa, também, tinha desaparecido para ser substituído por um mural que de local não tinha nada, que era nacional e poderia estar colocado em qualquer cidade do País. Afirmou que tinha sido feito sem dar uma explicação, e sem consulta prévia aos Fafenses e questionou se se interrompia assim a continuidade de um evento que se vinha a consolidar com um investimento associado elevadíssimo, cerca de 2 milhões e substituído por um ciclo de seminários que poderiam ser incluídos no Evento Terra Justa. Mencionou que se estava a falar de uma memória de Fafe que tinha sido construída e de um investimento que deveriam ser respeitados. Esperava que não se estivesse a assistir a uma cisão com tudo que era passado e que de bom também se tinha feito. A esse respeito, mencionou que gostaria de saber qual era a opinião do ex-presidente Raul Cunha, que poderíamos considerar o “pai” deste evento. Prosseguiu, dizendo que tinha lido na comunicação social local que o evento teria sido cancelado porque o vereador responsável pela sua organização tinha saído e deixado muitas pontas soltas que agora eram preciso revolver, mencionando que esse argumento só vinha demonstrar que tinha havido alguma desorganização por parte do Município. O vereador, em qualquer organização, só ia embora, depois de fazer a passagem do conhecimento íntegro completo, e portanto a culpa do evento não ter sido realizado certamente não era dele, mas sim do Presidente da Câmara por o ter deixado sair com pontas soltas. Perguntou, também, se não estava em causa o evento do Festival da Vitela Assada, uma vez que esse vereador também era responsável pelo mesmo. Relativamente ao segundo ponto da sua intervenção, prendia-se com o facto de não se ter manifestado interesse aos apoios aos Bairros Comerciais Digitais que era uma medida do Plano de Recuperação e Resiliência. Essa medida de apoio estava dotada com 52 milhões e pretendia constituir 50 bairros comerciais digitais. Afirmou que o prazo para manifestação de interesse tinha terminado no dia 31 de março e o Município tinha deixado passar aqui o comboio e tinha perdido uma oportunidade para



receber apoio. Questionou sobre a justificação que o Município tinha para esta inação, se o concurso era demasiado competitivo e se não havia competência no Município para fazer uma manifestação em tempo útil. Não lhe parecendo que fosse nenhum dos casos, porque em termos de competitividade, havia cerca de 120 candidaturas, sendo que 50 das quais iria ser aprovada, ou seja, existia uma taxa de aprovação de 30 %, que era elevadíssima. Também não lhe parecia muito plausível a justificação de não haver competências dentro do Município, certamente as havia, mas não estavam a ser bem direcionadas, pelo que questionava o executivo se iriam continuar a perder oportunidades ou se iriam fazer algo para as agarrar e o que estava a ser feito.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo CHEGA**, para colocar duas perguntas ao Presidente da Câmara, concretamente se já tinha feito o estudo sobre as taxas a aplicar aos Feirantes, dando o exemplo do Município de Guimarães e Famalicão onde as taxas aplicadas eram mais baixas do que em Fafe; e se o Executivo tinha conhecimento de como se encontrava a estrada que liga Fafe a Felgueiras, para os peões.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Francisco José Gonçalves Pinto, eleito pelo PDS/PPD**, para solicitar ao Presidente da Câmara o ponto da situação do alargamento do Cemitério Municipal e da construção da nova piscina municipal. Por último, relativamente aos semáforos que foram colocados na Rua da Cumieira para que o trânsito não atingisse uma determinada velocidade, alertou que logo no início dessa reta a seguir ao Bairro, se conduzir a uma velocidade 60 km/hora, o semáforo ficava automaticamente vermelho, no entanto quando se chegava junto ao mesmo ele já estava verde, ou seja para velocidade elevada ela não estava a fazer rigorosamente nada.-----

-----De seguida, usou da palavra **Agostinho Costa Pereira, eleito pelo PSD/PPD**, para questionar o Presidente da Câmara se da Ponte Nova, em Golães, até ao fim do concelho, se não pertencia a Fafe, uma vez que as bermas da estrada estavam cobertas de vegetação, a Junta de Freguesia de Arões limitava-se a limpar onde existiam passeios, e o resto quem limpava. Perguntou ainda para quando estaria prevista a construção de passeios desde a Ponte Nova até à Portela e lamentou a falta de ciclovias nas freguesias de Fafe.-----



-----Foi dada a palavra a **João Manuel Fonseca da Silva e Sousa, eleito pelo PSD/PPD**, para questionar o Presidente da Câmara acerca do projeto de limpeza das margens do rio sobre o seu ponto de situação.-----

-----De seguida, usou da palavra **António de Sousa Abreu, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que era a primeira vez que intervinha numa Assembleia, e que pensava que todos, aliás tinha sido dito por todos, queriam o melhor para Fafe. No seu entendimento era conveniente a criação de um gabinete de apoio às Juntas de Freguesia, atendendo as transferências de competências e verbas transferidas.-----

-----Por fim, usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para aplaudir a forma como o Raly se tinha desenvolvido, como sempre acontecia. No entanto, a nódoa das queimadas tinham estragado a pintura. Estava a assistir em casa e tinha ficado deleitado com a paisagem das nossas serras que, pelo facto do dia estar sombrio, realçava ainda mais o verde e, de facto aquelas queimadas que se tinham feito e autorizadas pela Câmara, ao que sabia, estragaram completamente aquela paisagem. Mencionou que teria sido bom que as mesmas não tivessem sido realizadas nessa altura, porque 15 dias mais tarde, teria sido irrepreensível o resultado que aparecia nas nossas televisões. Relativamente ao elevador do Jardim do Calvário, afirmou que há meses que estava parado ou avariado, perguntando o que se passava. Relativamente à abertura do Parque da Feira Velha aos fins de semana e feriados, congratulou-se, mas também pediu ao Presidente da Câmara que, de uma vez por todas, pedisse ao Serviços Jurídicos informação sobre a legalidade deste acto. Solicitou, também, que se desse atenção à Capela do Senhor do Porto, do século XVIII, junto ao LIDL, que se encontrava num estado adiantado de degradação. Mencionou que a capela era particular, não era responsabilidade da Câmara, pedindo que, por ventura, se encetasse diálogo com os proprietários, no sentido de os instar a preservar ou, eventualmente, a sua aquisição. Por fim, alertou que no cruzamento do Santo, no sentido sul-norte, o estacionamento no lado direito impedia a fluidez do trânsito, em especial à quarta-feira, sugerindo que se resolvia com a colocação de uma linha amarela.-----



-----Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

- Sobre a segurança na noite em Fafe, afirmou que tinha conhecimento dessa situação, já tinha falado com o Comandante da GNR, e que se atrevia a dizer que, em Fafe, não havia propriamente problemas de violência ou de insegurança do nosso concelho, que tinham existido uns episódios localizados e circunscritos, tendo manifestado a sua preocupação às autoridades;-----

- Nas Feiras Francas, para além de haver segurança privada, a GNR estava devidamente informada da realização das mesmas;-----

- Não tinha qualquer conhecimento sobre a retirada de saibro referida;-----

- Relativamente aos Campos de Ténis, o Regulamento ainda não estava pronto, mas encontrava-se numa fase muito adiantada, e que o mesmo iria contemplar a utilização de todos os equipamentos e instalações municipais;-----

- Acerca da rota do românico, estava inteiramente de acordo com o que tinha sido dito, aliás já tinha feito chegar a informação e dito que era contraditória a sinalização colocada, esclarecendo que se trata de uma candidatura da CIM do Ave;-----

- Sobre a recolha do lixo dos estabelecimentos de restauração, mencionou que tinha havido alguns abusos relativamente à colocação do lixo de particulares, tendo alertado a Policia Municipal para sensibilizar as pessoas, e que iria colocar a questão ao Vereador responsável;-----

- Relativamente às obras na Travessa Soares Veloso, esclareceu que o concurso tinha sido lançado sem contemplar essa travessa. Já tinha sido este Executivo a incluir essa obra na empreitada, explicando que a intervenção era tão alargada que não lhe parecia bem que essa travessa não fosse também objeto de requalificação, pelo que acautelaram que todas as ligações de saneamento fossem efetuadas em simultâneo. Mencionou que a prioridade dada à rua António Cândido estava relacionada com a procissão da Senhora de Antime; -----

- Informou que o Conselho Municipal da Juventude iria ser convocado muito em breve;-----

- Sobre a proposta apresentada pelo PSD em sede do executivo, mencionou que a mesma tinha sido retirada para análise jurídica, no entanto, de princípio, não partilhava



dessa opinião, e que deveria ficar claro que não havia nenhum atleta federado que deixasse de participar nas suas competições, entendendo que os subsídios deviam ser atribuídos às coletividades. Mencionou que o assunto deveria ser retomado na reunião de Câmara seguinte;-----

- Relativamente ao evento Camilo em Paços, mencionou que a Câmara não tinha gasto nem um euro, que a Junta de Freguesia de Paços apresentou uma candidatura à Sol do Ave, mas nada tinha com o Município; -----

- Informou que os equipamentos novos dos parquímetros já estavam instalados e que iam ter todas as funcionalidades, o que permitia o pagamento por via da Via Verde. Mencionou que o contrato já estava feito e que em breve estariam em pleno funcionamento;-----

- Relativamente à ligação da A7 à Zona Industrial de Regadas e à Ferrovia, eram dois assuntos pesados. Que tinha sido aprovado um protocolo com as Infraestruturas de Portugal para fazer o projeto da ligação, esperava formalizar esse protocolo até final do mês de julho, uma vez que estavam a programar uma vinda do Senhor Ministro a Fafe. Mencionou que já estavam a ser elaboradas as peças procedimentais por parte do IP para lançamento do concurso. Quanto à Ferrovia, o Governo ainda não tinha tornado público o Plano Ferroviário Nacional e que a única informação que tinha resultou de uma audiência com o Ministro e de outros contactos posteriores, e era que Fafe seria contemplado nesse Plano;-----

- Sobre o evento Terra Justa, já o tinha dito, era uma iniciativa que merecia ser felicitada, era das que mais tinha contribuído para a promoção de Fafe, o que não significasse que não precisasse de ser reajustada e mesmo, que não tivesse sido realizadas as conferências. Porventura não teríamos realizado esse ano o evento. Também, já tinha dito, que era um evento que possivelmente não seria realizado todos os anos. Era sua intenção dar-lhe continuidade. Quanto ao memorial informou que foi deslocado, que estava no local de forma provisória até poder ir, como sempre foi intenção, para a futura Praça da Justiça;-----

- Relativamente à candidatura aos Bairros Digitais, disse que a Câmara estava bem preparada e não deixaria de aproveitar todas as oportunidades de ir buscar financiamento, que essa era uma das suas preocupações. Mencionou que essa



candidatura tinha sido analisada, tendo-se chegado à conclusão de que não tínhamos grandes condições de elegibilidade. Afirmou que a candidatura poderia ter sido apresentada pelas Câmaras ou pelas Associações Comerciais, nomeadamente que tinham reunido com a Associação Comercial, porque entendíamos que devíamos fazer a tentativa. Mencionou que apenas tinha faltado dar um passo pela Associação Comercial, cujo insucesso do projeto FafeMais levou a ponderar e a optar pela uma candidatura mais abrangente que, entretanto tinha surgido;-----

- Sobre as taxas aos feirantes, disse que era intenção do Município baixar as mesmas, que já tinha uma proposta elaborada pelo Serviço nesse sentido, estando a Revisão da Tabela de Taxas em análise em todos os Serviços, pelo que cumprirão a promessa de redução das taxas;-----

- Sobre a limpeza da Estrada Nacional 207, mencionou que era da responsabilidade do IP, não da Câmara. Que o IP já tinha iniciado a limpeza, apesar da dificuldade em contratar trabalhadores para essa área.-----

- Quanto ao alargamento do Cemitério, o projeto estava a ser elaborado em simultâneo com a aquisição dos terrenos. Mencionou que já tinha efetuado uma abordagem ao proprietário da maior parte dos terrenos, que tinha ficado de analisar, pelo esperava que no próximo ano se pudesse iniciar as obras de alargamento;-----

- Acerca da piscina, o projeto ainda não estava totalmente executado;-----

- Iria mandar verificar o que se passava nos semáforos da Cumieira;-----

- Relativamente à limpeza das margens do Rio Vizela, o projeto estava a ser elaborado para o lançamento do concurso durante o próximo o mês de julho, de modo a que a obra pudesse iniciar em outubro;-----

- Sobre as árvores referidas pelo Deputado José Ribeiro, as mesmas foram substituídas devido ao temporal, tendo sido necessários recorrer a uma empresa para o efeito;-----

- Quando ao elevador do Jardim do Calvário, ia mandar verificar;-----

- Relativamente ao Parque da Feira Velha, ia solicitar o parecer dos Serviços Jurídicos sobre a sua abertura ao fim de semana e feriados. Explicou, ainda, que os lugares correspondentes ao número de cartões de estacionamento para esse parque ficavam sempre salvaguardados.-----

- Quando à Capela do Senhor do Porto, iam verificar o que se passava;-----



- Relativamente à questão dos estacionamento no cruzamento do Santo, que ocorriam mais à quarta feira, ia comunicar essa situação à Policia Municipal.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Paços**, uma vez que tinha sido abordado numa intervenção. Sobre o evento “Camilo em Paços” explicou que foi da responsabilidade da própria junta, que tinha apresentado uma candidatura para o efeito.-----

-----De seguida, usou da palavra **Rui Manuel Carvalho Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para salientar que o Presidente da Câmara tinha acabado de referir que a piscina municipal já deveria ter sido executada há muito tempo, com o qual todos concordavam, e cada vez seria mais difícil executá-la. Terminou afirmando que, como ex-treinador durante 15 anos e como atual presidente da Associação Portuguesa de Treinadores de Natação, e na sequência da proposta para melhorar as condições profissionais dos treinadores abordada na sessão, mencionou que não existia o Regime Jurídico da Carreira de Treinador. Afirmou, ainda que todos os partidos representados na Assembleia Municipal de Fafe, estavam representados na Assembleia da República, pelo que pediu que lutassem por isso porque, à exceção do futebol, pelo facto de existir um contrato de trabalho, não existiam treinadores de mais modalidade nenhuma.-----

-----Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA**.-----

-----**Ponto dois ponto um** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-----

-----Solicitou a palavra **Rui Flórido Ribeiro Nogueira Bastos Costa, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para mencionar que tinha sido público que o Presidente da Câmara andava a fazer visitas a empresas sediadas no concelho. Afirmou que, analisada a informação disponibilizada, nada era referido sobre esta atividade. Referiu que eram visitadas empresas sólidas e de dimensão consideráveis, descorando as empresas pequenas, ou seja empresas cujos problemas a solucionar eram quase inexistentes, questionando se seria por essa razão que ainda não tinha sido apresentada qualquer medida para as PME e para os comerciantes locais.-----



Relativamente ao Raly de Portugal, mencionou que se constatava que o plano financeiro deste evento, apesar do referido na informação, era baixo. Tendo em conta a entrevista dada pelo Vice-Presidente onde referiu que Câmara não podia continuar a pagar sozinha, pelo que gostava de saber como estavam a pensar realizar o próximo Raly, nomeadamente se iam continuar a pagar tudo e de que forma. Prosseguiu dizendo que, relativamente à Estratégia Local de Habitação, o Presidente da Câmara referia futuras candidaturas ao PRR, questionando se sabia se ainda existia dotação para esse efeito. Relativamente à informação financeira disponibilizada, afirmou que se verificava que o grau a execução da receita total estava em linha com o orçamentado, pelo que pretendia saber qual o motivo da diferença entre os valores da execução da despesa.-----

-----De seguida, usou da palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “O Município apresenta um projeto denominado “Florestar Fafe” para plantação de 50000 árvores autóctones, que contaria com o apoio de diversas entidades, a quem a Câmara emitirá um certificado onde constará, entre outros, a quantidade de CO2 sequestrado por ano, pretendendo envolver também neste projeto a comunidade escolar. Impõe-se perguntar qual é o exemplo que a Câmara quer dar se avançar para a destruição do jardim que envolve o Tribunal? Que certificado vamos emitir à Câmara relativamente a todas as árvores que têm abatido e em relação àquelas que pretende abater, designadamente quanto à quantidade de CO2 que voltará para a atmosfera e em relação àquele que deixará de ser sequestrado no futuro? Outra contradição é a candidatura para a criação de ilhas sombra no centro da cidade. Pretende-se criar ilhas sombra no centro da cidade e quer-se destruir uma ilha sombra, há décadas consolidada. A Câmara dá uma no cravo e outra na ferradura. Por um lado, diz que este projeto visa a utilização das árvores como medida de atenuação dos impactos das alterações climáticas e de melhoria da resiliência dos territórios e das suas populações e será implementado no meio urbano de Fafe. Por outro, propõe-se destruir espaços verdes já existentes”.-----

-----Posteriormente usou da palavra **Presidente da Câmara** para dizer que da informação escrita fornecida não contemplava toda a atividade quer do Presidente, quer dos Vereadores, mas poderiam estar mencionadas as visitas efetuadas às



empresas, mencionando que ainda não tinha ido a muitas por dificuldade de agenda. Afirmou que também iriam efetuar visitas às PME. Relativamente ao Raly, disse que este ano já se tinham realizado três e que essas provas tinham um impacto financeiro grande para o Município.-----

Terminou afirmando que ao fazer requalificação de alguns espaços, naturalmente algumas árvores teriam de ser substituídas. Explicou que os serviços da Câmara, desde de 2012, amadureceram muito o projeto que pretendiam executar nas traseiras do Tribunal e que, como já tinha sido dito, em 2012 tinha havido uma discussão pública da qual tinha resultado a não deslocação da estátua da Justiça de Fafe, pelo que entendia que se devia dar o benefício da dúvida aos técnicos da Câmara quando projeto que ia ser executado.-----

-----Não havendo mais intervenções **a Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

-----**Ponto dois ponto dois** - Apreciação e aprovação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão Consolidadas relativos ao exercício de 2021.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a Assembleia já tinha apreciado e aprovado a Prestação de Contas referente à Câmara, no entanto pela criação e entrada em funcionamento da empresa municipal Águas de Fafe, estavam obrigados, por força da lei, a apresentar e integrar as contas, apresentando uma versão consolidada das mesmas. Mencionou que, nos aproximadamente 4 meses de funcionamento, tendo iniciado a atividade reduzindo, como tinha sido promessa, o preço da água. Afirmou que tinha as contas equilibradas e positivas, pelo que não criava nenhum impacto nas contas do Município e que, desde setembro até à data, já tinha lançado concurso para requalificação das redes, avaliada em perto de meio milhão de euros.-----

-----Solicitou a palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Mais uma vez, a auditoria realizada aponta falhas de relevo considerável, e que não lhes foi possível validar, designadamente na classificação de um edifício e na classificação dos subsídios de capital, neste último caso, com consequências de impossibilidade de validação no âmbito das taxas de imputações utilizadas ou na impossibilidade de confirmação da total alocação dos subsídios recebidos com bens/projetos que lhes estão associados. Continuam as falhas quanto à



inventariação e correta valorização dos bens do domínio público e bens do património histórico, artístico e cultural. Também não foi terminada a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão, desconhecendo-se o impacto que a sua conclusão teria nas demonstrações financeiras que ora estão em apreciação. As reservas apontadas no relatório da auditoria realizada já vêm de trás e, até agora, não se vislumbra que algo tenha sido feito para as corrigir, demonstrando algum desleixo por parte do Executivo nestas matérias, pelo que votaremos contra”.

-----De seguida, interveio **Rui Flórido Ribeiro Nogueira Bastos Costa**, eleito pelo **Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que se verificava que o peso nos gastos dos custos com o pessoal e fornecimento e serviços externos se situavam na ordem dos 57%, que as transferências de subsídios correntes obtidos se situavam na ordem dos 53%, e que as contas consolidadas apresentavam uma situação financeira equilibrada, com uma autonomia financeira robusta e um endividamento reduzido. Alertou para a rubrica de fornecimento de serviços externos e respetivas sub-rubricas, as quais representavam valores com um peso bastante considerável que deveriam ter um acompanhamento cuidado e especial atenção pelos serviços do município. Alertou, também, a atenção para a questão das provisões, uma vez que constava um valor registado de 907.850,40 €, relembrando uma questão que já tinha sido colocada por ele aquando da discussão da não renovação do contrato com a Indáqua, que não lhe tinha sido respondida pelo anterior Presidente, e que estava relacionada com o valor dos processos judiciais da Indáqua, nomeadamente se tinham transitado para a nova empresa. Verificou que na demonstração de resultados, na rubrica de outros rendimentos, havia um valor de 4.181.269,75 €, pelo que pretendia saber se tratava de um valor recorrente ou não recorrente. Relativamente à certificação legal de contas, registavam o parecer do revisor com reservas e ênfases. Relativamente à ênfase, mencionou que era uma situação meramente informativa e sem resultado prático. Mas em relação às reservas, a história era outra, com quatro pontos preocupantes. Questionou o Presidente da Câmara se era verdade que estava registado no ativo o valor de 4.490.000,00 € (quatro milhões e quatrocentos e noventa mil euros) relativos à Escola Secundária de Fafe, cuja propriedade não pertencia ao Município.



Resumindo pretendia obter esclarecimentos sobre a questão referente às provisões dos processos judiciais, sobre a questão de saber se o valor é recorrente ou não recorrente, e por fim sobre a questão referente ao valor registado no ativo da Escola Secundária.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que as reservas apontadas pelos Auditores eram as mesmas referidas no Relatório das Contas da Câmara e que já tinha dado indicações aos Serviços que nas contas seguintes, a prestar à Assembleia Municipal, fossem corrigidas, mencionando que eram de natureza patrimonial. Relativamente à Escola Secundária, afirmou que a Câmara tinha executado obras, no entanto, o prédio ainda não estava registado a seu favor, mas com as transferências de competências na área da educação essa situação ficaria resolvida. Quando às outras questões, o Executivo estaria atento. Sobre a Indáqua, referiu que o contencioso já estava ultrapassado através de um acordo, tendo já sido pago o valor acordado. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta a votação tendo sido **aprovada, por maioria, com 2 votos contra (CDU e Chega) e 13 abstenções (JRFS e PPD/PSD)**.-----

-----**Ponto dois ponto três -** Apreciação e aprovação da 3ª Alteração Modificativa (Revisão);-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que esta era a terceira alteração e que, eventualmente viria outra em setembro, por via de ter entrado em vigor, no dia anterior à sessão, o Orçamento do Estado, o que traria um aumento da receita. Esclareceu que a modificação apresentada era para acautelar as verbas necessárias para se poder abrir o concurso internacional para fornecimento de refeições, sendo que essa ação não estava inscrita de forma plurianual com as verbas necessárias para a abertura do concurso.-----

-----De seguida usou da palavra **Francisco José Gonçalves Pinto, eleito pelo PSD/PPD** para dizer que, após ter ouvido a explicação do Presidente da Câmara, e antes de mais o Grupo Parlamentar do PSD/PPD ia abster-se. Mencionou que não podia deixar de dizer que era política recorrente da governação socialista, nos últimos tempos, aprovar o orçamento no início do ano e fazer diversas modificações ao mesmo, durante o ano, chegando-se ao fim, com o orçamento completamente desvirtuado.-----



----- Posteriormente foi dada a palavra **Rui Flório Ribeiro Nogueira Bastos Costa**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”, para dizer que relativamente ao ponto em análise, verificavam que o que pretendia era o reforço da receita em virtude das transferências, nomeadamente no que se referia à educação. Afirmou que era a favor da descentralização, contudo não estavam perante uma delegação de competências, mas sim de uma imposição do Governo aos Municípios. Essas transferências assentavam em três pilares, na educação, na ação social e na saúde, mas o objetivo do Governo era fazer das Câmaras meros tarefeiros, o que os mesmos não queriam fazer, passavam para os Municípios de forma desorçamentada e sem um bom princípio de neutralidade orçamental. Mencionou que os recursos humanos não se negociavam ou seja, assim era fácil, passavam para o Município as tarefas e as despesas, meros pagadores, não compensando devidamente os valores desde já orçamentados. O que era uma maçada ficava para as Câmaras e o dinheiro ficava para o Governo. Prosseguiu dizendo que, neste processo, em toda a descentralização existiam situações caricatas, desde logo o facto dos colaboradores a transferir não tinham seguro de saúde e medicina no trabalho ou seja as Câmaras iam ter mais um custo que o Governo não tinha e não vinha no Caderno de Encargos. Afirmou que toda essa confusão também tinha ido bater à porta da Associação Nacional de Municípios Portugueses, liderada por um socialista que andava perdido, tendo essa Associação dado parecer negativo ao Orçamento de Estado 2022, pelo que questionou o Presidente da Câmara sobre essa matéria, se estava em linha com ANMP, se ponderava sair dessa Associação, como já tinha feito outros municípios. Lembrou a entrevista ao Expresso, do Presidente da Câmara de Lisboa que assumiu a posição de que não aceitava receber as competências relativamente à ação social e à saúde, perguntando se Fafe ia aceitar.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha**, eleita pelo PCP/PEV, para dizer o seguinte: “Que a Câmara aceite o que é imposto pelo Governo sem reclamar é uma coisa. Outra coisa é que a Câmara proponha a este órgão que representa a População Fafense que aceitasse, sem questionar, passar um cheque em branco, sem que nos seja explicado quais são as necessidades de meios e/ou de



verbas, que, desconfiamos, e até o Presidente da Câmara já o aqui referiu numa Assembleia, serão insuficientes”-----

-----Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que todos tinham acompanhado este processo de descentralização. Afirmou que o caminho era feito com reivindicações de diversos municípios e de diversos partidos, no entanto o mesmo era mais favorável à aceitação dessas competências. Mencionou que tinha havida uma aproximação entre os Municípios e o Governo, dando como exemplo a aprovação do concurso internacional para fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolares ao 12º ano, no valor de mais ou menos meio milhão de refeições a serem servidas num ano letivo. Disse que pelas contas anteriores, o Governo transferiria para as Câmaras cerca de 800 mil euros, 200 mil euros seria a comparticipação a ir buscar aos alunos que não têm subsidio. Mencionou que o concurso rondaria 1 milhão e 500 mil euros, pelo que o prejuízo para a Câmara, só no fornecimento das refeições, poderia atingir os 500 mil euros. Informou que tinha uma reunião agendada na ANMP e o que tinha lido sobre o assunto foi que o Governo já tinha a comparticipação pelo custo das refeições. E assim sendo, as contas ficariam equilibradas. Relativamente aos edifícios, também já tinha sido acrescentado algum valor. Sobre a saúde, tinha tido a primeira reunião, na semana passada, tendo já verificado que os valores apresentados a transferir já tinham quase duplicado. Mencionou que havia questões que ainda não estavam devidamente salvaguardadas relativamente à conservação dos edifícios, a ampliação do Centro de Saúde que era preciso fazer, no entanto as transferências na área da saúde só se faziam depois de assinado um contrato entre as partes. Terminou dizendo que as transferências na área da educação foram automáticas, pelo que os Municípios tiveram que a assumir.-----

-----Foi dada a palavra a José Manuel Martins Ribeiro, **eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que por mais do que uma vez na Assembleia Municipal tinha falada na forma desajeitada com que o Governo estava a conduzir esse processo a que chamavam de descentralização de competências. Mencionou que em muitos casos era mais uma delegação de competências, mas agora tinha ficado de boca aberta com o que o Presidente da Câmara tinha acabado de dizer, que só na educação se podia perder, com o serviço que



era imposto e transferido, meio milhão de euros, pelo questionava o que fazia a Associação Nacional de Municípios Portugueses, tecendo vários comentários acerca da posição tomada.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria com um voto contra (PCP-PEV) e treze abstenções (Chega, FS e PSD)**.-----

-----**Ponto dois ponto quatro** - Apreciação e autorização de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação com as Freguesias;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que este contrato-interadministrativo já devia ter vindo à Assembleia Municipal de abril, dado ter sido necessário acomodar um conjunto de recomendações constantes do relatório feito pela IGF. Este contrato trazia o mesmo valor, ou seja, a Câmara por essa via, investia e disponibilizava a todas as freguesias, 2 milhões por ano, no total eram investidos 8 milhões em todas das freguesias do concelho, válido por 2 anos. Mencionou que era dada mais flexibilidade às Juntas para aplicar as verbas, mas as regras eram muito mais apertadas em termos de disponibilização da informação que as Juntas teriam de prestar, quer em termos de acompanhamento que a Câmara faria. Disse que deveria apresentar um relatório de monitorização e deveriam elaborar um relatório final da execução do orçamento que for executado, que seriam remetidos à Assembleia. Será constituída uma Comissão de Acompanhamento das obras. Prosseguiu dizendo que dessa forma, as Juntas ficavam com um instrumento que permitiria uma melhor aplicação da verbas, até fazer transferências de dinheiro entre rubricas, pelo que tinha delegação de competências e verbas .-----

-----Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que já no passado mandato, tinha sido ponto de uma agenda de trabalho a passagem de verbas para outros anos de algumas juntas e lembrava-se do caso de Cepães o que levava a alguns constrangimentos, pelo que gostaria de saber se não havia de forma de conseguir garantir que a verba que fosse transferida durante o mandato, pudesse ser utilizado durante esse período.-----



-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Esta proposta de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências e de cooperação com as freguesias, vem fundamentada com o paleio do costume da “gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos”, em que “compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; Estes contratos “devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros, necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas” e de que “num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas”; e termina a referir que “ o estudo necessário à concretização desta delegação de competências demonstra que as competências objeto do presente contrato ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias”. Prosseguiu dizendo que as necessidades para as freguesias, conforme se verifica da lista anexa à proposta de contrato, são muitas. A proposta de contrato que nos é apresentada é genérica e pouco vantajosa para as freguesias pois percebe-se que as verbas são claramente insuficientes para as necessidades e a solidariedade da Câmara com as juntas de freguesia deixa aqui, mais uma vez, muito a desejar. Aliás, gostava de saber qual é a opinião dos Senhores Presidentes das juntas de Freguesia, ou se são obrigados a aceitar e calar? Conformam-se com o facto da Câmara se propor a realizar obras claramente desnecessárias e prejudiciais para o concelho, como é disso exemplo proposta de destruição do jardim que contorna o Tribunal, onde, a concretizar-se serão gastos muitos milhares de euros, e para as freguesias vão migalhas. Falam num estudo concretizado para esta delegação de competências, que estudo? Quem o fez? Onde estão os resultados do mesmo? Vejamos: Para a freguesia de Travassós, segundo o mapa anexo, irá ser transferido o montante de € 159.702,00 e também segundo outro mapa anexo, a relação de investimentos para a freguesia de Travassós é a seguinte: Obras de ampliação do cemitério; Requalificação da Escola Montenegro; Iluminação Pública várias ruas; Criação da Zona de Lazer Fluvial;



Intervenção em bens e equipamentos da Freguesia, incluindo abrigos rodoviários, tanques públicos e lavadouros, entre outros; Parque de lazer infantil e ginástica ao ar livre; Criação de Espaços Verdes, Lazer e arranjos urbanísticos em vários locais da freguesia; Beneficiação de vários caminhos e ruas (enumerados num total de 14); e Colocação de novas placas toponímicas, placards informativos, placas de informação, sinalética pedonal. Sei, por conhecimento próprio, que as necessidades da freguesia são muitas e que todas as que aqui estão enumeradas são necessárias! Alguém, acredita que com € 159.702,00 estas obras se vão realizar? Claro que não! Aliás a totalidade desta verba será pouca para a reabilitação da escola Montenegro, obra que é urgente e necessária, mais que justificada, seja por ser uma mais valia para a população seja como património histórico. Portanto Senhor Presidente, podendo usar os argumentos que entender, mais uma vez as freguesias do concelho são relegadas para segundo plano como o têm sido até agora. Aliás, o anterior Presidente da Junta de Freguesia de Travassós, membro desta Assembleia, na última reunião, aquando do uso da palavra, referiu, e cito conforme está na ata: “Sabia bem que as competências e os pedidos têm vindo a aumentar e as juntas de freguesia tinham sempre os mesmos recursos e pouco apoio técnico especializado no terreno”. Portanto, delegam-se competências sem verbas enquanto se esbanjam dinheiros públicos com obras desnecessárias ou não se fazem outras que deveriam ser prioritárias! Por todos estes motivos e outros que aqui se poderiam enumerar, votaremos contra esta proposta!-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído**, para dizer que, como aqui já tinha sido referido, estes contratos iriam ser celebrados por dois anos, neste caso por um ano e meio. Essa era uma das reivindicações que faziam no passado, que um ano era muito curto para a execução de certos projetos o que criavam uma certa dificuldade na sua execução, pelo que saudava a Câmara e o seu presidente por este alargamento de prazo que permitira ser possível uma melhor gestão das verbas, no entanto mais fácil seria se fosse para o mandato todo. Teceu alguns comentários políticos.-----

-----Por fim, usou da Palavra o **Presidente da Câmara** para dizer ao Deputado Bruno Oliveira que a questão por ele levantada estava acautelada no presente contrato.-----



-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra (CDU)**.-----

-----**Ponto dois ponto cinco - Ponto dois ponto cinco** -Apreciação e autorização de Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Fafe, em matéria de Conservação e Manutenção do Bairro da Cumeira;-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para felicitar a Junta de Freguesia de Fafe por ter vindo ao encontro do desafio que lhe tinha sido lançado, lembrando que já tinham celebrado um contrato inter-administrativo com a Câmara para a gestão do Cemitério. Afirmou que entendia que seria uma mais valia no sentido de prolongar o bem estar do espaço da Cumieira, que sabia que era uma tarefa fácil que exigia a concertação de todos, mas o facto da Junta se disponibilizar, ter funcionários a tratar do espaço exterior, das partes comuns era muito importante.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Tendo já falado em paleio, cito-o de novo agora. É só paleio! Falam, Falam e não dizem nada! Voltamos a ter a referência a estudos multidisciplinares, ao reforço da solidariedade, da melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, uma resposta ágil e adequada, a uma administração local moderna, a cooperação, corresponsabilização, à necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades, mas só no discurso, porque no concreto não se vê como se partiu destes princípios e se chegou a uma conclusão tão divergente dos mesmos. É-nos referido nesta proposta que “o estudo necessário à concretização desta delegação de competências demonstra que as competências objeto do presente contrato ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias”! A Lei impõe que estes estudos devem ser elaborados por equipas técnicas multidisciplinares, compostas por representantes dos departamentos. Quem, em concreto fez os estudos a que se refere esta proposta? Que departamentos? Onde está o resultado desses estudos? O estudo é a introdução ao documento? As conclusões são as mesmas em todos? Não existirão especificidades de caso para caso? Ou não saberão dizer outra coisa? No artigo 1.º, n.º 1, consta que o objeto do contrato é a conservação e manutenção do Bairro da Cumieira e no n.º 2, é referido que “entende-se por



conservação e manutenção, designadamente, as seguintes intervenções: (dois pontos e nada mais)..., talvez a Câmara esteja à espera que se passe um cheque em branco daquilo que serão as intervenções a delegar ou talvez sejam as mesmas que estão no artigo 2.º da proposta de contrato, com a epígrafe exercício das competências, não deixando de ser uma proposta de contrato muito genérica. A Junta de Freguesia caso tenha dúvidas sobre a sua intervenção, devem as mesmas ser esclarecidas junto da Divisão de Ação Social do Município! Na Divisão de Ação Social do Município???? No que concerne aos recursos financeiros, o artigo 5.º refere que esta delegação de competências envolve a transferência do Município para a freguesia dos recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas e, logo de seguida concretiza o montante da verba a transferir. Se não fosse um assunto sério, começávamos todos a rir! A verba a transferir para Junta de Freguesia é de 51.000 euros, 32.000 destinadas a recursos humanos e 19.000 destinados a despesas com consumíveis, tudo isto tendo em vista a falácia da aproximação das decisões aos cidadãos, do reforço da solidariedade e da melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações! Com tão vantajoso contrato para as populações e para a junta de freguesia, com todos os ganhos acima indicados, com a transferência desta mísera verba a junta de freguesia deverá, numa área de cerca de 21.000 m², com cerca de 2/3 de espaço verde, em que é necessário fazer corte de relva e rega, e com dois assistentes operacionais em permanência, efetuar trabalhos de manutenção, conservação, limpeza, vigilância do espaço e reparação de estragos causados por terceiros, nomeadamente vandalismo. Caso se estrague uma caixilharia de uma janela, quem tem a competência para a sua reparação? E se for uma fissura no teto? Se calhar não é competência de ninguém, como já antes acontecia! Porque é que é a Divisão de Ação Social do Município a esclarecer as dúvidas de qualquer intervenção? É um contrato tão genérico que refere que o Município disponibilizará os recursos técnicos entendidos por convenientes! Que recursos? Quem define os que é conveniente? Delegam-se competências sem que a obra tenha sido rececionada pela Câmara! A Câmara não está preocupada com a proteção do direito à habitação ou com a proteção das pessoas, contrariamente ao que refere. Sendo este um Bairro Municipal, e competindo ao Município gerir o parque habitacional, esta delegação de competências



é incompreensível! Aliás, gostava também de ouvir o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe ou quem o represente, designadamente quanto ao que é que vê neste contrato como vantajoso para a população ou para a junta? A vigência do contrato será de 1 de junho de 2022 a 31 de maio de 2023. Seria importante saber se os dois trabalhadores tidos como necessários já estão ao serviço da junta de freguesia, e, em caso negativo, que tipo de concurso é que vai fazer para os contratar? Vai ser um concurso público ou já sabe quem e quando é que os vai contratar? Que tipo de contrato é que vai ser feito? É mais um vínculo precário? Por quanto tempo? Ou será que já tem uma lista com os nomes que o Presidente da Junta acha que são os mais indicados? Tendo em atenção o destino das verbas a transferir para a junta de freguesia, com o que é que a junta vai cortar a relva? Que tipo de consumíveis vai gastar? Uma caixilharia é um consumível? As reparações fazem parte dos consumíveis? Facilmente se vê que estes cálculos, resultantes do dito e apurado estudo, estão incorretos e são claramente insuficientes. Vai a junta avançar para a assinatura deste contrato que claramente é prejudicial para as populações e para a junta? Já agora uma correção, se o contrato com os trabalhadores ainda for para realizar, contrariamente ao que é referido nas contas, não será de 12 meses, porque se este contrato for para vigorar entre 01 de junho de 2022 e 31 de maio de 2023, como junho já passou, no máximo será de 11 meses!-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados.-----

-----Solicitou a palavra **António de Sousa Abreu, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"**, para dizer que se estava a discutir uma delegação de competências para a Junta de Freguesia de Fafe, gostava de saber tem tinha feito o estudo para divisão das 36 freguesias em 25, quais tinham sido os critérios utilizados. Teceu vários comentários políticos.-----

-----Foi dada a palavra a **Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo CHEGA**, para dizer que, relativamente a esta matéria, como era referido, tratava-se de um bairro social de características especiais, carecia também de vigilância. Pelo que considerava que a afetação de dois assistentes operacionais em permanência naquele espaço, não era suficiente, nem prevenia eventuais atos de vandalismo. Deste modo, e sendo uma



das atribuições da Polícia Municipal, seria bom e mais adequado colocar para o efeito, dois agentes da PM, por turnos, fazendo as rondas.-----

-----Solicitou a palavra o **Vogal da Junta de Freguesia de Fafe**, para esclarecer que a ausência do Presidente da Junta se devia ao facto da Assembleia de Freguesia de Fafe estar a decorrer neste preciso momento, estando em apreciação a abertura de postos de assistente operacional, não tinha participado nas negociações deste contrato, mas tal como o Presidente da Câmara já tinha referido, os valores tinham sido calculados por técnicos do Município. Esta aceitação de competência fazia parte da proximidade que se pretende de uma junta de freguesia ou seja o trabalho executado pela junta será sempre de proximidade e nunca estrutural.-----

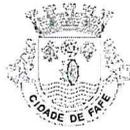
-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra (CDU) e uma abstenção (FS)**.-----

-----**Ponto dois ponto seis** - Apreciação e aprovação da Proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Espetáculos de Natureza Artística; -----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que se tratava de um regulamento simples que já tinha ida a discussão pública. Afirmou que a Câmara tinha assumido competência nessa matéria e que o regulamento ia permitir fiscalizar e aprovar os espetáculos de natureza cultural.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Nesta proposta de regulamento dois pontos a assinalar: Não nos são referidos os valores das taxas a cobrar, o que no nosso ponto de vista é relevante e perguntámos a que propósito é que foi inserido o artigo 6.º, n.º 3? Qual é o papel neste Regulamento de um órgão político (a Câmara Municipal) ter um representante no espetáculo? A Casamentos e batizados vão os convidados! E aqui a Câmara está a ir a casamentos e batizados sem ter sido convidada. Qual a finalidade? Não se percebe!”-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação foi **aprovada, por unanimidade**.-----



-----**Ponto dois ponto sete** – Apreciação e aprovação da Proposta de Projeto Regulamentar – Regulamento de Apoio a Entidades/Organismos legalmente existentes e a atividades de interesse municipal no Município de Fafe;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por felicitar a Vereadora da Cultura, Paula Nogueira que tinha tomado a peito esta necessidade que já vinha sendo constatada e reivindicada. Mencionou que podia não ser o Regulamento perfeito, tinha sido elaborado pelos Serviços e tinha estado em discussão pública sem que tivessem sido apresentados quaisquer contributos, tendo sido muito divulgado pelas associações. Afirmou que o PSD tinha feito chegar três propostas de alteração que foram submetidas aos Serviços Jurídicos, tendo sido acolhida apenas uma. -----

-----Solicitou a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo “PPD-PSD”** para dizer que o documento assumia uma particular importância para o município dado a transparência que se pretendia demonstrar ao atribuir os subsídios. Mencionou que era importante, atendendo a forma como estavam a ser atribuídos os subsídios, que ninguém entendia como eram feitos de forma clara e objetiva. Era uma oportunidade única para se mudar a imagem negativa da população fazendo um regulamento claro, robusto e objetivo para a atribuição de apoios. Nesse sentido, gostavam de propor a criação de um grupo de trabalho para análise do documento e dar contribuições. Afirmou que estavam cientes dos prazos e que pretendiam que o Regulamento entrasse em vigor o mais rapidamente possível, pelo que o grupo a criar deveria comprometer-se a ter os trabalhos fechados até 1 de setembro para que o mesmo fosse aprovado em Assembleia nesse mês.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Concordamos que é importante a regulamentação da atribuição de subsídios. É importante melhorar a transparência na atribuição de subsídios, os quais devem ter sempre como finalidade o interesse público. A proposta de alteração ao projeto de regulamento, feita pelo PSD, no âmbito da apreciação de candidaturas parecem-nos que aprofundam, no bom sentido, os critérios a ter em conta. Tendo noção que a criação de critérios justos e objetivos neste domínio nem sempre é fácil, também temos a noção de que este regulamento ainda tem muitos aspetos que podem ser melhorados”.-----



-----Usou da palavra **Manuel Armando Salgado Santos, eleito pelo PS**, para dizer que o Partido Socialista era a favor da aprovação deste Regulamento, independentemente de vir a ser criada uma comissão para o analisar e se fazer melhorias que pudessem vir a ser necessárias para o ano seguinte.-----

-----Usou da palavra, também, **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que a abertura que o PS estava a dar, era de aproveitar. Não tinha objeções de fundo ao Regulamento e que apenas pretendia colocar a seguinte pergunta: o regulamento a determinada altura dizia que esse regimento de apoios não se aplicava às instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do Município que tenham por objetivo o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, que presumia que seria apenas uma questão legal, a não ser, julgava que não fazia grande sentido, pelo que solicitava esclarecimentos.-----

-----Por fim, solicitou a palavra **Rui Flório Ribeiro Nogueira Bastos Costa, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que também estava a favor da criação de uma comissão e uma vez que existia abertura para o melhorar. Tinha dúvidas quanto às despesas ilegíveis consideradas. -----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que já não era a primeira vez que Regulamentos eram aprovados e depois remetidos à Comissão para análise e melhoramento do mesmo. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação a proposta de Regulamento, tendo sido, **aprovada por maioria, com 9 abstenções (PSD, CDU e Chega)**.-----

De seguida, foi colocada à votação a proposta de criação de uma Comissão de Análise e Melhoria do Regulamento de Apoio a Entidades/organismos legalmente existentes e a atividades de interesse municipal no Município de Fafe, para que o mais brevemente possível seja apresentado por essa comissão, a esta Assembleia, um relatório de análise que contenha propostas de melhoria do referido regulamento, foi aprovada, com uma abstenção (CDU).-----



----- **Ponto dois ponto oito** - Apreciação e aprovação da Estratégia Municipal da Habitação do Concelho de Fafe;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para fazer uma breve apresentação do documento. Começou por dizer que a elaboração do trabalho tinha iniciado em novembro e concluído nesta data. O concurso para selecionar a empresa ainda tinha sido promovido pelo executivo anterior, mas de qualquer das formas, todo o trabalho foi efetuado sobre a sua vigência e tinha sido acompanhado por ele e pela Vereadora responsável. Era uma prioridade que o Governo tinha decidido dar à habitação e a reabilitação para melhoria da qualidade de vida das nossas populações. Esta nova geração de políticas de habitação procurava vir a garantir o acesso a uma habitação adequada a um número mais alargado de população com apoio público. Tinha sido criado o programa “1º Direito” que visava a promoção de soluções habitacionais para pessoas que estavam em condições indignas e cumulativamente tenham carências financeiras. Depois a legislação, tipificava o que entendia por “condições indignas”, o que se podia considerar “em situação de carência financeira”, dizia também quem era os beneficiários, que podiam ser pessoas, autarquias, juntas de freguesia, IPSS. Apontava as soluções previstas quer através de arrendamento, quer através de reabilitação, de aquisição do edificado, de nova construção, apresentava diversas soluções e dizia que competia ao Município elaborar a estratégia local de habitação para que as pessoas, mesmo individualmente, pudessem concorrer e dizia, também, que cabia aos Municípios gerir todos os pedidos que se enquadravam ao abrigo deste programa. Afirmou que estava no documento que tinha sido distribuído os conteúdos programáticos que conduziram à sua elaboração, pelo que o tinha sido feito foi a identificação das carências habitacionais no concelho. Prosseguiu, dizendo que, de forma resumida o documento concluiu que haviam 214 agregados familiares que viviam em habitações indignas que necessitavam de intervenção. E dessas 214, atribuíam ao investimento público 138, portanto a Câmara teria sobre a sua responsabilidade fazer intervenções em 138 habitações a necessitar de melhorias e 76 pessoas que se podiam candidatar ao programa por auto promoção, ajudado pela Câmara a elaborar a sua candidatura. Afirmou que estavam a falar de um total de investimento na ordem de 18 milhões de euros para o nosso concelho, a ser gastos até



2025. Mencionou que embora estivesse mencionado no documento, acreditava que o financiamento poderia ir até aos 100%, como tinha sido anunciado pelo Governo, pelo que caberá ao Município que até 2025, montar um sistema que lhe permita concretizar em 3 anos, este projeto.-----

-----Foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Sr. Presidente, vou começar por perguntar a algum(a) dos presentes nesta assembleia se percebeu a estratégia Municipal da habitação que nos é aqui apresentada? Será que alguém me consegue explicar qual é a estratégia? Agora pergunto ao Sr. Presidente da Câmara qual é a estratégia? O Sr. Presidente acha que este documento define alguma estratégia? O que vejo aqui é o resultado de um Power Point apresentado em 2 de dezembro de 2021, onde estive presente, que custou ao Município € 19.200,00, com uns pequenos acrescentos! Cada página deste documento custou € 304,76 , e não se vê aqui qualquer estratégia! Neste documento começa por se abordar o que é o 1.º Direito e citam-se uma série de conceitos genéricos, sem conexão concreta com o concelho, apresentando-se dois gráficos baseados em 246 respostas consideradas válidas, umas listas enumerando imóveis, públicos e privados, com valores inseridos de uma forma genérica, sem datas definidas para concretização, em que referem períodos temporais que vão de 2022 a 2025, e será caso para perguntar o que é que já foi feito este ano, pois já passaram seis meses e até agora não se vislumbra que algo tenha sido feito, ou que ainda se vá fazer, neste âmbito. Aliás, parte das carências são apenas o resultado de um inquérito, não sendo possível aferir todas as condições de elegibilidade, que apenas será em concreto aferida nas candidaturas dos promotores. Na nossa opinião, é irónico que o documento em discussão se chame de Estratégia Municipal da Habitação. Estratégia não tem nenhuma, já começou sem ela! Quando o Município acordou para este assunto, já por esse país fora muitos municípios tinham as suas verdadeiras estratégias prontas para serem submetidas a aprovação. A conclusão a que se chega é que este documento apenas vem à discussão para cumprir o calendário de um dossier que já começou tarde. Não vislumbrando neste documento nenhuma estratégia Municipal de Habitação para o nosso concelho, irão voltar contra esta proposta.-----



-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação foi **aprovada, por maioria, com um voto contra (CDU) e uma abstenção (CHEGA)**.-----

----- **Ponto dois ponto nove** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que apresentou a proposta.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação foi **aprovada, por unanimidade**.-----

-----**Ponto dois ponto dez** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Participação na Associação Portuguesas de Parques Empresariais (APPE);-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar a proposta.-----

-----Solicitou a palavra **Rui Flório Ribeiro Nogueira Bastos Costa, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que a proposta era muito genérica e não os convencia em pertencer à Associação, pelo perguntou qual era a data da criação da Associação, quais as provas dadas pela mesma, porque mais lhe parecia que tinha sido criada mais para alguém se servir da mesma, do que os benefícios que dela se poderia tirar. E quais os Municípios que faziam parte. Questionou, também, sobre o facto de existir ou não um serviço no Município que tratasse da divulgação e atração para os nosso parques industriais.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que a primeira reunião tinha sido feita com o AICEP que lhe sugeriu a adesão a essa associação que fazia diplomacia e andava a procura de investimento para os Municípios, pelo que tinha todo o interesse em pertencer a esta Associação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação foi **aprovada, por maioria, com duas abstenções (PCP e FS), aprovar**.-----

Ponto dois ponto onze - Apreciação e autorização de Repartição de Encargos e Autorização Prévia para assunção de compromissos plurianuais - Procedimento por Concurso Público Internacional, com publicação de anúncio no Jornal da União Europeia, para Aquisição de Serviços de Refeições Escolares para Educação Pré-Escolar, 1º, 2º E 3º Ciclos do Ensino Básico E Ensino Secundário;-----



-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava da abertura do concurso para o fornecimento de refeições desde o pré-escolar ao ensino secundário, fruto das transferências de competências na área da educação em abril.---

-----Foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para questionar se durante as férias escolares seriam servidas refeições aos alunos carenciados.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que o procedimento seria o mesmo dos anos anteriores, não haveria qualquer impedimento em servir refeições a quem delas precisar.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação foi **aprovada, por maioria, com 1 voto contra (PCP), aprovar.**-----

Ponto dois ponto doze - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Perdão de Dívida – Refeições Escolares.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi explicado que se tratava de uma dívida de refeições escolares de 170 euros, de um agregado familiar que não pode saldar a dívida.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada, de imediato à votação foi **aprovada por, unanimidade.**-----

Ponto dois ponto treze - Apreciação e conhecimento da Ação de Controlo do IGF – Autoridade de Auditoria ao Município de Fafe;-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “As conclusões do relatório, que se reporta a janeiro de 2021, são graves e demonstram a trapalhada da delegação de competências: “Incumprimento, numa perspetiva global, do quadro legal previsto em matéria de delegação de competências para as freguesias, atendendo, em especial, ao facto de não terem sido realizados os estudos prévios para fundamentação da opção tomada pela delegação de competências ou de outras transferências para as freguesias, não sendo, assim, evidente a prossecução do interesse público. Fragilidades relevantes no âmbito do controlo e monitorização da execução dos acordos de execução e outros contratos administrativos. Inexistência, na Norma de Controlo



Interno, de qualquer procedimento de controlo relacionado com as transferências para as freguesias”, não tendo sido elaborados “os relatórios anuais para apreciação da Assembleia Municipal”. Este relatório confirma o que temos vindo a dizer que o processo de transferência de competências tem sido feito atabalhoadamente, com prejuízo para o serviço público e para a população. Sublinhamos que nestes processos temos duas partes, quem transfere e quem aceita a transferência, e que não se podem ilibar de culpas em todo este processo. Constata-se que os presidentes de junta têm tido uma posição passiva e conivente em todo este processo, que a inspeção geral de finanças considera lesivo do interesse público. É escandaloso que mais ninguém se pronuncie sobre este assunto que é gravíssimo! A Câmara tinha 60 dias para alterar procedimentos. Tem conhecimento destas acusações, que são sérias e graves, desde pelo menos abril deste ano, e até agora nada fez! Ressalvamos que o que aqui se verifica é que os procedimentos não cumprem o quadro legal”.

-----De seguida usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que, de facto, as conclusões eram graves, que o Presidente da Câmara disse que ia corrigir nos contratos que agora se iriam fazer e que julgava que era bastante para esta Assembleia estar confortável na aprovação dos contratos que já tinha feito, portanto era evidente que à data os contratos não cumpriam a lei, facto evidenciado pela IGF.

-----Foi dada a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD** para dizer que sua intervenção vinha ao encontro do que já tinha sido referido, as conclusões da auditoria eram graves, desenharam um quadro bastante negro da estrutura organizativa no nosso Município e nesse sentido não podia deixar de levantar uma questão ao Presidente da Câmara, que já tinha sido levantada em sessões anteriores, devido à quantidade de unidades orgânicas que o Município tinha, pelo que para quando estava pensada a reorganização interna do mesmo.

-----Não havendo mais intervenções, **a Assembleia tomou conhecimento.**

Ponto dois ponto catorze - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Partido Chega;



-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que a presente proposta era de destituição da mesa da Assembleia Municipal, pelo que apresentou a seguinte declaração de voto: “ O episódio ocorrido em Agosto de 2020, com a atuação de Carlos Pires na Arcada, felizmente não teve consequências na situação e na evolução da pandemia no nosso concelho. Por parecer, sugestão, conselho, opinião, do serviço jurídico do Município, foi suspensa qualquer diligência no processo de inquérito entretanto ordenado, enquanto decorresse o processo judicial aberto pelo Ministério Público, por ser esse, no seu entendimento, o procedimento juridicamente mais correto. Em momento algum foi por mim feita alguma declaração aos Fafenses ou aos seus representantes, que não respeitasse a verdade. A responsabilidade política, deste incidente, foi avaliada nas últimas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2011, tendo os Fafenses, renovado de forma clara a confiança no PS e naqueles que em Fafe o representam”. -----

----- Solicitou a palavra **Rui Flório Ribeiro Nogueira Bastos Costa**, eleito pelo **Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que relativamente ao ponto em análise, gostava de lembrar que já tinha dito que o que estava aqui em causa era a responsabilidade política do Presidente da Câmara e não a responsabilidade criminal, pelo que não havia impedimento em divulgar o resultado do inquérito interno. Teceu alguns comentários políticos.-----

-----Foi dada, a palavra **José Manuel Martins Ribeiro**, eleito pelo **Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que começava por observar, no seu entendimento, que o ponto 2.14 desta ordem de trabalho deveria ser explícito, devia constar que era um pedido de destituição do Presidente da Assembleia, pelo que considerava a redação capciosa. Prosseguiu dizendo quem o Presidente da Câmara à época, tinha mentido, como já aqui foi referido, neste caso concreto, e agora nesta justificação voltava a mentir, porque para quem tinha lido o Relatório percebia do mesmo que não havia nenhum parecer jurídico, poderia, eventualmente, existir uma opinião jurídica para que aguardasse pelo resultado do inquérito público. Uma coisa não tinha a ver com a outra, pelo que não havia necessidade de esperar pela decisão, que como era de esperar, foi arquivado. Pelo que, dever-se-ia ter apurada a responsabilidade política. Teceu comentários políticos.-----



-----De seguida, foi dada a palavra a **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP/PEV**, para dizer o seguinte: “Depois da discussão de assuntos de grande relevo, relacionados com problemas como a habitação, as refeições escolares, as questões relacionadas com a delegação de competências nas juntas de freguesia, num verdadeiro empurrar dos problemas para os presidentes de junta, transferindo-lhes encargos sem os meios correspondentes, ou até a discussão sobre a proposta de destruição de um jardim. Quanto a todos estes problemas que mexem com a vida das pessoas, que diretamente as afetam, nada ou quase nada de relevo foi dito e vêm com esta proposta! Quando vi na ordem de trabalhos apreciação e votação da proposta apresentada pelo partido Chega, pensei, finalmente uma proposta! Afinal é agora que ninguém os vai calar! Mas, lida a putativa proposta, logo me apercebi que afinal ninguém os ia calar, mas para nada dizerem! O que aqui nos trazem não é assunto de relevo que nos mereça perda de tempo na discussão do mesmo, pelo que votaremos contra esta proposta. -----

-----Solicitou, também, a palavra **Joaquim Magalhães, eleito pelo PS**, para dizer que a proposta era total descabida, mas que ainda bem que o Presidente da Mesa a aceitou, que ele provavelmente, não a aceitava. Estava-se a discutir a destituição da Mesa da Assembleia, e não se alguém tinha mentido ou não. Esse pedido de destituição deveria ser, caso a Mesa não soubesse conduzir os trabalhos, o que já tinha acontecido, quanto o Regimento não era cumprido, que, também, já tinha acontecido. No entanto, ninguém, tinha pedido a destituição da mesma, pelo que concordava com a Deputada Carmo Cunha, isto era um não assunto.-----

-----Usou da palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que a matéria em apreço tinha sido esticada o máximo possível e curiosamente ela assentava num facto, facto esse que tinha acontecido num dia de verão de 2020 e onde um artista permitiu-se faltar ao respeito à Câmara, lamentavelmente andava-se há dois anos a saber quem mentiu, quem disse. Teceu alguns comentários políticos.-----

-----Por fim, usou da palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer o que se tinha acabado de ouvir era que a verdade não tinha qualquer importância segundo a intervenção anterior. Entendia que a verdade era fundamental, o cantor não ia obrigar ninguém a mentir. O PSD era sempre a favor da verdade e da



transparência, e o que estava aqui em causa era exatamente isso, ser a favor da verdade ou contra, que era o que estava em cima da mesa. Era o que estavam a recriminar.-----

-----Pelo deputado **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, foi dito que o Presidente da Mesa não poderia estar presente na sala e que a votação devia ser feita por voto secreto.-----

-----O **Presidente da Mesa** questionou os Serviços Jurídicos sobre a forma de se fazer esta votação, tendo sido informado que a mesma deverá ser feito por voto secreto. Explicou que quem estava a favor da proposta de destituição do Presidente da Mesa votaria “sim” e quem não estaria votaria “não”.-----

-----Finda a votação secreta, a proposta obteve o seguinte resultado: 27 votos “não”, 14 votos “sim” e 3 votos “branco”, pelo que a mesma **foi rejeitada, por maioria, com 14 votos a favor, 27 votos contra e 3 votos brancos.**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que agradecia a confiança agora depositada e que continuará um participante político oriundo da sociedade civil a dar o seu melhor para continuar a prestigiar e honrar Fafe e a Assembleia Municipal.-----

-----Pelo Presidente da Mesa foi dito que a ata de 26/04/2022, tinha sofrido uma alteração por indicação da Deputado Carmo Cunha, que já tinha sido vertida na nova redação, na página 21, passa a ter a seguinte redação: “Usou da palavra, Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV , que referiu que, pelo reconhecimento e importância das matérias de mobilidade se iria abster nesta votação, apesar da falta de planeamento sério, da falta de respostas que esta medida tenta ofuscar e da recusa no detalhe minucioso que este regulamento exigia”.-----

-----Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 26/04/2022, tendo sido **aprovada, por maioria, duas abstenções.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Foi dado a palavra ao publico, não havendo intervenções.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram uma hora e quarenta e cinco, do dia trinta de junho de dois mil e vinte e dois.-----



-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

Paulo de Almeida

PROPOSTA DE LOUVOR E DE RECOMENDAÇÃO ①

Atendendo a que o maestro Francisco Ribeiro foi, durante 30 anns e até 2020, maestro do Coral Santo Cándido, do Grupo Nun' Álvares, com grande dedicação e brilhantismo

Atendendo a que a sua esposa igualmente integrou o Coral e nele desempenhou um papel meritório e de grande destaque;

Atendendo a que, recentemente, o Grupo Nun' Álvares lhe pertenceu justa homenagem por 20 anns de direcção do Coral, que contribuíram em muito para elevar o nível do Coral a um patamar de nível nacional e muito reconhecido pela sua fidelidade;

Considerando que nos 30 anns o Coral efectuou 309 concertos, em 50 concelhos e 17 distritos nacionais, bem como 13 concertos no estrangeiro, um dos quais o actual presidente da Câmara esteve, com oeady, em representação do Município, propõe que esta Assembleia delibere:

- 1- Aprovar um voto de louvor e agradecimento ao maestro Francisco Ribeiro e sua esposa pelo ~~seu~~ contributo de

para a projecção do Casal Santo Amador
e para a promoção de Paje;

2 - Recomendar ao Executivo que promova
uma justa homenagem aos amadores
Francisco Ribeiro.

Paje, 29.6.2022

O profusamente

José Ribeiro, por Paje
sempre.

Apresentado
por unanimidade
29.6.2022


VOTO DE LOUVOR

Considerando que o atleta André Nogueira Gomes tem origem familiares ao nosso concelho, atendendo a que o seu avô materno (Sr. Albino Nogueira) é natural de Medelo;

Considerando o notável percurso desportivo do jovem atleta, com apenas 17 anos (nasceu a 20 de outubro de 2004), desde cedo manifestou o seu gosto pelo desporto, em particular pelo futebol. Iniciou a sua carreira desportiva na Académica de Futebol de Ponte de Lima, passou uma época no CFT de Braga antes de chegar ao Benfica Campus, em 2016/17. Tendo assinado contrato profissional com o Sport Lisboa e Benfica em dezembro de 2020.

- O guarda-redes de apenas 17 anos conta já com alguns títulos no seu curriculum dos quais se destacam dois títulos nas competições Internacionais.

- Em 2019, ao Serviço da Seleção Nacional de sub-15 conquistou o Torneio da CONCACAF, que se realizou no estado da Florida, nos Estados Unidos. Tendo ainda nesse torneio conquistado o troféu de melhor guarda-redes.

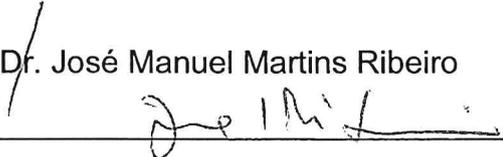
- No passado dia 25 de Abril, o jovem atleta, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou a UEFA Youth League (2021/2022), após golear o RB Salzburgo (6-0), pelo que não podemos deixar de o felicitar pela brilhante conquista deste troféu europeu.

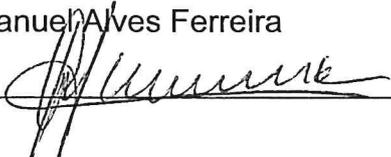
Atendendo ao acima exposto, nomeadamente à ligação do jovem atleta a Fafe e ao facto de que o seu percurso servir de inspiração a tantos outros jovens do nosso concelho.

Pelo seu percurso e pelo mérito dos resultados obtidos a nível desportivo, quer nacional, quer internacional, propomos que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar um "VOTO DE LOUVOR" ao atleta André Nogueira Gomes.

Fafe, 26 de abril de 2022.

Os proponentes: Dr. José Manuel Martins Ribeiro


Manuel Alves Ferreira


*Aprovado
pm municipal
29.6.2022*


VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO

Aprovado
por unanimidade
23.6.2022
(3)

Considerando o notável percurso desportivo do jovem futebolista João Resende, de seu nome completo João Pedro Moreira Resende, natural de Fafe, onde nasceu em 26 de março de 2003 e que tem ascendência materna no lugar da Lagoa, da União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, onde vive a sua avó;

Considerando que o jovem João Resende iniciou a formação nas camadas jovens da Associação Desportiva de Fafe, passou depois pelo CB Póvoa de Lanhoso e Vitória Sport Clube, tendo ingressado no Sport Lisboa e Benfica na época 2019/2020;

Considerando que o jovem futebolista fafense está catalogado como uma jovem promessa da modalidade, tendo inclusive representado a seleção nacional por 20 ocasiões nos diversos escalões de formação, sempre em escalões acima para a sua idade;

Considerando que esta época participou até ao momento em 29 jogos, nas categorias sub-23, equipa B (II Liga) e UEFA Youth League, competição ganha esta semana pelo seu clube, e na qual participou em 9 jogos, tendo apontado 2 golos;

Considerando ainda que, fora de campo, é quadro de mérito escolar do Benfica Campus, tendo ingressado na Universidade de Lisboa, no Curso de Engenharia Mecânica, o qual não está a frequentar, por motivos profissionais;

Considerando todos estes antecedentes,

PROPONHO que a Assembleia Municipal de Fafe, hoje reunida, delibere:

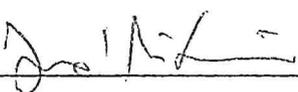
- 1) Aprovar um Voto de Louvor e Reconhecimento ao jovem futebolista fafense João Resende, pelo seu brilhante percurso desportivo, culminado na sua participação na mais recente edição da UEFA Youth League, ganha claramente pelo clube que representa, o Sport Lisboa e Benfica.
- 2) Que da presente proposta e conseqüente deliberação, seja dado conhecimento ao jovem atleta fafense, divulgando-a pelos meios habituais.

Fafe, 26 de Abril de 2022

Os Proponentes

José Manuel Martins Ribeiro, deputado municipal eleito pelo Movimento "José Ribeiro por Fafe Sempre"

José Adelino Ferreira Gonçalves, "Presidente da União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído"



José Adelino Ferreira Gonçalves

VOTO DE LOUVOR

GRUPO NUN'ÁLVARES – EQUIPA SÉNIOR DE FUTSAL FEMININO

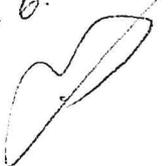
Pelos resultados alcançados na fase final do campeonato nacional de futsal feminino, conquistando o segundo lugar nesta competição, aos quais se soma uma época desportiva vitoriosa na Taça de Portugal e Taça da Liga, pelos valores incutidos e pelo serviço louvável prestado à comunidade fafense, o Partido Socialista recomenda à Assembleia Municipal de Fafe a atribuição de um voto de louvor e congratulação ao Grupo Nun'Álvares, enquanto instituição, e particularmente à equipa sénior de futsal feminino.

Fafe, 29 de Junho de 2022



Apresentado em
Junho de 2022
por
F. S.

Apresentado em
municipal
28.6.2022



VOTO DE LOUVOR

CERCIFAF – ATLETAS JOÃO MACHADO E LUIS GONÇALVES

Assente no trabalho de inclusão social e promoção de valores de dignificação e igualdade do ser humano, a CERCIFAF perfila-se como uma instituição de reconhecido mérito em Fafe e em todo o país, sendo um modelo de integração de jovens com deficiência na sociedade.

O Partido Socialista recomenda à Assembleia Municipal de Fafe a atribuição de um voto de louvor e congratulação à CERCIFAF pelo contributo diário para a valorização e formação cívica da sociedade fafense, assim como aos atletas João Machado e Luís Gonçalves e seus treinadores, que integraram a seleção nacional no 6º Campeonato do Mundo para Atletas com Síndrome de Down, em Nymburk (República Checa), onde conquistaram 3 medalhas para Portugal e alcançaram resultados cimeiros nas demasias provas em que participaram.

Fafe, 29 de Junho de 2022



Presidente da Assembleia Municipal de Fafe

Apresentado e
assinado por Luís Gonçalves do
PSD e F. S. (82)

Apresentado por
Luís Gonçalves
29.6.2022



Proposta de um voto de louvor ao Sr. Padre Albano Costa

Albano Fernandes da Costa, nascido a 13/06/1946, em Travassós - Fafe, foi para Seminário aos 11 anos, sendo ordenado Padre em 06/07/1969, tendo logo após a sua ordenação, optado por ser missionário na região da Beira em Moçambique onde esteve 3 anos ao serviço dos outros.

Em 1972 assume como Pároco de Ribas do Arciprestado de Celorico de Basto e em 2017 assume também como Pároco de São Clemente de Basto, arciprestado de Celorico de Basto, sendo designado Arcipreste de Celorico de Basto para o quinquénio de 2018-2023.

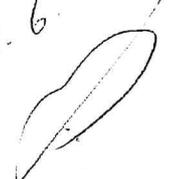
Neste ano já completou 50 anos de serviço na Freguesia de Ribas, onde além de ser pároco, tem desenvolvido um extenso trabalho de acção social, com a criação de lar, creche com ATL e apoio domiciliário, tendo também dinamizado e impulsionado a construção dos edifícios que dão apoio a estes serviços.

O trabalho do Sr. Padre Albano Costa, tem sido reconhecido por diversos órgãos de comunicação social, local e nacional, assim como pela Câmara Municipal de Celorico De Basto, que no transacto dia 15 de Junho deliberou homenagear o Sr. Padre Albano Costa, pelo que entendemos ser de justiça o reconhecimento pelo concelho de onde é natural.

Neste ano em que o Sr. Padre Albano Costa completa os 50 anos como pároco da freguesia de Ribas, proponho que esta Assembleia aprove um voto de louvor ao Sr. Padre Albano Costa, Ilustre Fafense, pelo seu percurso de vida e obra realizada, dando-se conhecimento ao próprio.

Rui Flório Bastos Costa

Albano Fernandes da Costa
27.6.2022



Voto de louvor ao movimento solidário uma Flôr para Ucrânia.

Considerando a brutal agressão do regime russo á Ucrânia, que tem vitimado milhares de inocentes, incluindo crianças, destruindo património edificado, incluindo escolas, o que tem motivado protesto e indignação mundial perante tamanha monstruosidade injustificável que é guerra, devemos louvar aqueles que mais do que protestar e mostrar a sua indignação, realizam algo para minimizar a desgraça.

O movimento, uma Flôr para a Ucrânia, que tem como objectivo a reconstrução de uma das muitas escolas brutalmente destruídas pela Rússia, para além de merecer todo o reconhecimento pelo suprimento de uma necessidade material, merece o louvor e reconhecimento, pelo cariz altruísta e valores que incute em todos os jovens envolvidos no projecto.

Proponho um voto de louvor ao movimento uma Flôr para a Ucrânia, nas pessoa do Professor Carlos Afonso na pessoa da Professora Celeste Moniz e à Escola Secundária de Fafe, dando-se conhecimento aos próprios.

Rui Flórido Bastos Costa

Apresentado
por Rui Flórido Bastos Costa
29.6.2022



PROPOSTA

Helena Isabel Leite Nunes, conhecida como Leninha pelos aficionados do futsal, nasceu há 20 anos em Fafe e desde sempre revelou interesse pelo desporto. Com apenas 8 anos ingressou na Associação Desportiva de Fafe e completou 5 épocas ao serviço do clube fafense. Em 2015 trocou o futebol da Associação Desportiva de Fafe pelo futsal do Grupo Cultural e Recreativo Nun'Álvares e começou uma carreira que se adivinhava de sucesso. A aposta deste clube na modalidade e a ambição da jogadora fafense permitiram que tivesse, desde o primeiro minuto, dado nas vistas e se afirmasse como uma das melhores jogadoras jovens nacionais, podendo destacar-se a sua presença nos Jogos Olímpicos da Juventude em representação da Seleção Nacional Portuguesa, vencedora do torneio em 2018. Na época 2020/2021 ingressou no Sport Lisboa e Benfica, clube que representa até ao momento. Foi ao serviço deste clube que Leninha se sagrou no passado dia 19 de junho Campeã Nacional de Futsal com uma vitória sobre o seu clube anterior, o Grupo Cultural e Recreativo Nun'Álvares, na segunda eliminatória da Fase de Apuramento do Campeão.

Pela conquista do título de Campeã Nacional de Futsal, o grupo parlamentar Fafe Sempre vem por este meio propor a atribuição de um Voto de Louvor a Helena Isabel Leite Nunes.

Fafe, 29 de junho de 2022,

O Grupo Parlamentar Fafe Sempre.

Apresentado por
Município
29.6.2022



PROPOSTA

A atleta fafense Mara Peixoto, atualmente ao serviço da Associação de Desportos de Combate KTF, alcançou, com apenas 14 anos, dois segundos lugares em Full Kempo e Knockdown e um terceiro lugar em Semi Kempo ao serviço da seleção nacional no Campeonato Mundial de Kempo IKF, realizado em Hammamet, na Tunísia, entre os dias 9 e 14 de maio, nesta que é considerada a prova rainha de Kempo. Mara Peixoto compete na modalidade desde os 10 anos, nasceu em 2007 e reside na freguesia de Arões Sta. Cristina, dividindo os seus treinos entre Fafe e Guimarães. Mais recentemente, nos dias 25 e 26 de junho, a atleta sagrou-se campeã nacional de Kempo, com um primeiro lugar em Full Kempo e Rumble Kids, aos quais juntou dois terceiros lugares em Semi Kempo e Light Kempo, numa prova organizada pela Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo nas Caldas da Rainha.

Considerando os resultados obtidos nas competições nacionais e internacionais mencionadas, o Grupo Parlamentar Fafe Sempre propõe a esta Assembleia a atribuição de um Voto de Louvor à atleta Mara Beatriz Teixeira Peixoto.

Fafe, 29 de junho de 2022,

O Grupo Parlamentar Fafe Sempre.

Rui Ribeiro

Apresente
Voto de Louvor
28.6.2022

PROPOSTA

10

O atleta fafense João Neiva, atualmente ao serviço do Centro Budo de Fafe, participou no 49.º Campeonato da Europa de Karate de Cadetes e Júniores em representação da seleção nacional, em Praga (República Checa), e alcançou os quartos-de-final da competição na categoria Kumite Júnior +76kg. O atleta fafense de 16 anos, residente na freguesia de S. Gens, mostrou o seu valor no maior palco do Karate europeu, participação que orgulha a comunidade desportiva e todos os fafenses, em geral.

Considerando o resultado obtido pelo atleta no Campeonato da Europa e o seu percurso na seleção nacional da modalidade, o Grupo Parlamentar Fafe Sempre propõe a esta Assembleia a atribuição de um Voto de Louvor ao atleta João Carlos Teixeira Neiva.

Fafe, 29 de junho de 2022,

O Grupo Parlamentar Fafe Sempre.

Rui Ribeiro

Apresentado por Rui Ribeiro
29.6.2022

Gestão Pública das Cantinas Escolares

A escola é um ambiente de aprendizagem mas o ensino não fica fechado na sala de aula. Todos os segmentos presentes na instituição de ensino, inclusive a alimentação saudável nas cantinas escolares são partes importantes na formação dos jovens.

Considerando a elevada importância que a Organização Mundial de Saúde reconhece às refeições escolares, não podemos olhar de forma diferente para as cantinas do nosso concelho. O local onde as crianças e adolescentes fazem os seus almoços deve estar preparado para também ensinar algo que levem para a vida. Refeições saudáveis, nutricionalmente completas e equilibradas devem ser a referência diária, assim como o respeito por quem as prepara, confeciona e serve.

Sempre denunciámos a desresponsabilização sobre a gestão das cantinas escolares que acarretou, em muitos casos, perda de qualidade das refeições servidas aos alunos, bem como das próprias condições de trabalho dos seus funcionários.

Há muitas queixas da comunidade escolar relativas à falta de qualidade das refeições servidas nas cantinas escolares e há um problema grave que também não pode ser ignorado que são as condições de trabalho más e mesmo desumanas nas nossas cantinas escolares concessionadas.

Trabalhadores que não têm contrato, outros a quem foi reduzida a carga horária e respetivo salário, outros ainda a quem não foi reconhecida a categoria profissional, isto a quem todos os dias trabalha numa das áreas prioritárias da vida das crianças e adolescentes do nosso concelho.

As organizações representativas dos trabalhadores denunciaram também a elevadíssima precariedade a que cerca de 90% dos trabalhadores das cantinas escolares estão sujeitos, referindo que não têm sido aplicadas medidas sancionatórias aquando dos incumprimentos do caderno de encargos, no que àqueles diz respeito.

Devem existir mais meios para intervenção regular, monitorização, sensibilização e intervenção pedagógica junto de crianças, jovens e das suas famílias, no sentido de melhor dotar a população de ferramentas que proporcionem escolhas alimentares informadas, conscientes e mais saudáveis.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 29 de Junho de 2022, recomenda à Câmara Municipal que:

- 1- Adote, com efeitos imediatos, as medidas necessárias para assumir a gestão direta das cantinas escolares nas escolas da responsabilidade municipal.
- 2- Assegure os meios humanos e materiais necessários ao bom funcionamento das cantinas escolares e à qualidade das refeições fornecidas.
- 3- Garanta que das medidas previstas nos números anteriores não possa resultar um aumento do valor da refeição cobrada aos estudantes.

Maria do Carmo Cunha
Eleita da CDU na Assembleia Municipal de Fafe
29 de junho de 2022



MOÇÃO

Pela valorização do espaço verde das traseiras do Tribunal

O espaço verde situado nas traseiras do Tribunal, junto à estátua da Justiça de Fafe, tem características ecológicas e urbanísticas que o tornam um elemento útil no equilíbrio do tecido urbano. A retenção das águas pluviais, a redução da amplitude térmica na zona, a promoção da biodiversidade, são funções que dificilmente podem ser desempenhadas por uma praça que venha a ocupar este espaço, tal como parece ser intenção da Câmara Municipal.

Compreendendo a vontade de permitir dar uma maior acessibilidade à estátua da Justiça de Fafe, parece evidente que há muitas outras soluções arquitetónicas que o permitem, sem obrigar a cidade a perder o espaço verde contíguo à estátua.

A Câmara Municipal anunciou recentemente a adesão a um projeto de arborização e criação de "ilhas-sombra" que visa, segundo o comunicado municipal, "utilizar as árvores como medida de atenuação dos impactos das alterações climáticas". É precisamente isso que este espaço já faz. Destruir esta zona arborizada contribuirá para reduzir o sequestro de carbono e piorar a qualidade do ar urbano, para além de ser contraditório com a intenção de criar "ilhas-sombra".

Deste modo, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 29 de junho de 2022, delibera recomendar à Câmara que:

- Preserve e valorize o espaço verde nas traseiras do Tribunal.
- Procure melhores soluções arquitetónicas para destacar a estátua da Justiça de Fafe.

Maria do Carmo Cunha
Eleita da CDU na Assembleia Municipal de Fafe
29 de junho de 2022